

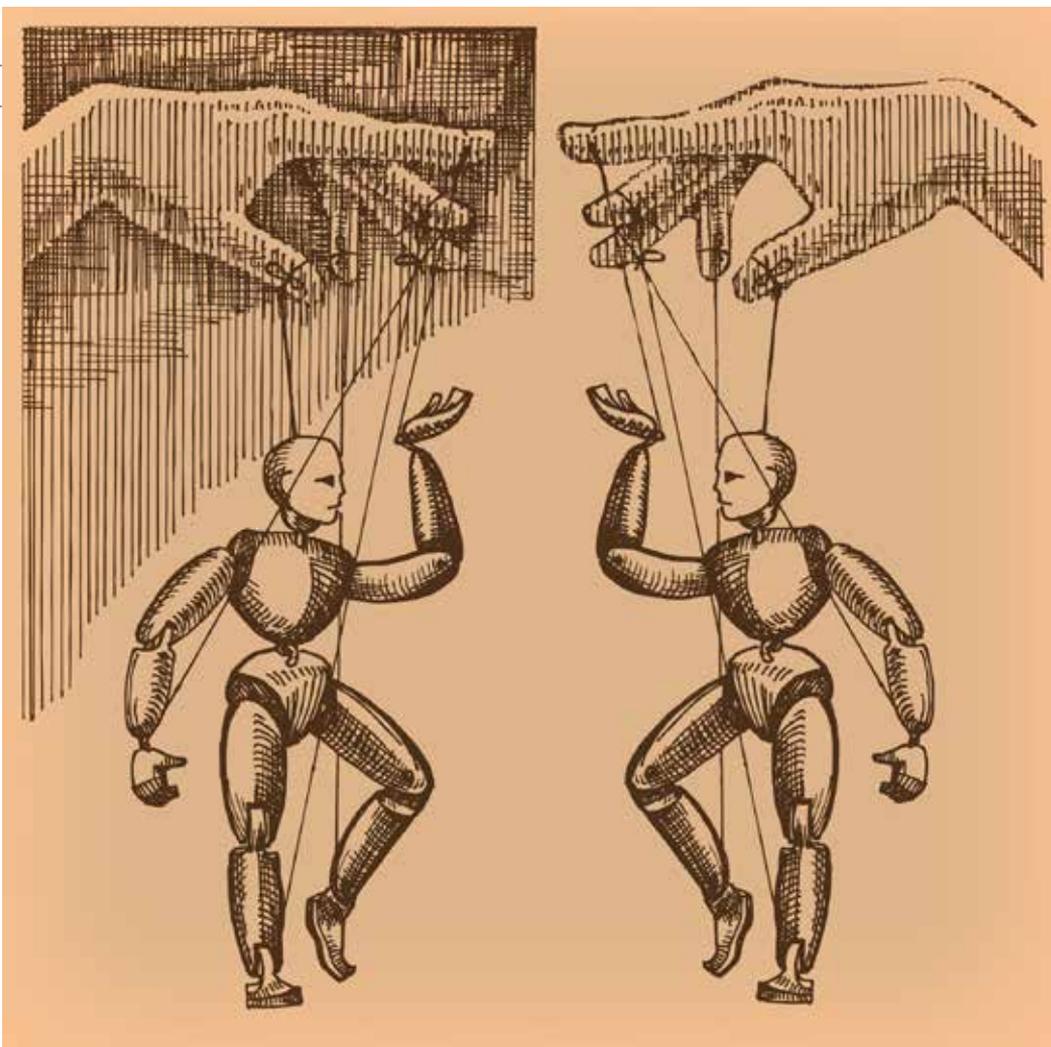
Dependência cultural e desenvolvimento

Cultural dependence and development

RUBENS R. SAWAYA*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.009>

Acervo Depositphotos



RESUMO

O artigo analisa a forma mais profunda de dependência: a dependência cultural. A cultura de uma sociedade é constituída historicamente a partir das relações sociais concretas. Aparece como valores, crenças, condutas sociais, a ideologia que organiza as próprias relações sociais. A dependência cultural é a importação de valores alheios à sociedade e se materializa como dependência acadêmica, científica e tecnológica, contrapondo o que seria o “atraso” periférico ao “moderno”, civilizado, dos países centrais. Assim, impõe critérios e valores estranhos às sociedades periféricas que as impedem de criar estratégias de desenvolvimento a partir de suas próprias características. Buscamos demonstrar que as estratégias de desenvolvimento só podem ser construídas a partir das relações sociais concretas que caracterizam uma determinada sociedade, a partir de sua realidade cultural concreta. Assim, o pensamento científico e acadêmico também não pode estar desvinculado da realidade concreta da periferia.

Palavras-chave: Dependência. Desenvolvimento. Países periféricos. Cultura. Estratégia de desenvolvimento.

ABSTRACT

The article analyses the most profound form of dependency: cultural dependency. The culture of a society is constituted historically from concrete social relations. It appears as values, beliefs, social conduct, the ideology that organises social relations themselves. Cultural dependence is the importation of values from outside society and it materialises as academic, scientific and technological dependence, contrasting what would be the peripheral “backwardness” against the “modern”, civilised, of the central countries. Thus, it imposes strange criteria and values to peripheral societies that prevent them from creating development strategies based on their own characteristics. It seeks to demonstrate that development strategies can only be built on the basis of the concrete social relations that characterize a given society, on the basis of its concrete cultural reality. Thus, scientific and academic thought cannot be detached from the concrete reality of the periphery.

Keywords: Dependence. Development. Peripheral countries. Culture. Development strategy.

1. INTRODUÇÃO

A dependência cultural talvez seja a mais profunda das dependências. Atinge o senso comum por meio da construção da subjetividade de uma sociedade e define, assim, ações e relações sociais, o lugar das pessoas na sociedade, seus valores. A cultura é constituída socialmente na história e funciona como o amálgama das relações sociais, embora seja constituída nas próprias relações sociais. A dependência cultural é uma espécie de subversão da cultura assim constituída, imposta ou não de fora, a partir de outras sociedades, para dentro. Essa transferência de valores e subjetividades tem por objetivo impor ou definir novas formas de conduta a partir de outras realidades, outra ideologia, outra conformação social com o mesmo objetivo de qualquer ideologia: conformar e definir formas de conduta e comportamento.

O capitalismo constitui uma forma de organização social e, portanto, as formas de conduta que estruturam sua ideologia. Assim, ao conformar as relações sociais como cultura, no seio da sua subjetividade, torna possível o funcionamento do próprio sistema pela determinação do lugar de cada um na sociedade, na estrutura de produção e reprodução social, bem como e principalmente a forma de produção e extração de valor, a própria acumulação.

A dependência cultural pode ser, assim, vista como o estabelecimento de formas de controle alheias a uma sociedade, mas que buscam se enraizar na subjetividade dela, tomando a aparência de, como cultura universal, local. Essa forma de dependência subliminar molda os outros tipos de dependência, como as dependências produtiva, tecnológica e científica. Ainda, considerada a cultura como universal, mesmo que externa, é assimilada nas sociedades dependentes, o que acaba por impedir a construção de formas de emancipação e desenvolvimento a partir da própria organização social e política local das forças políticas e ideológicas constituídas na sociedade específica.

A subordinação científica contribui ainda para impedir que essas relações específicas sejam compreendidas, tornando a dependência estrutural uma armadilha para a construção de estratégias de desenvolvimento específicas, uma vez que não há nem espaço acadêmico para pensá-las.

2. CULTURA CAPITALISTA

O capitalismo, nascido da violência na Europa (WALLERSTEIN, 2007; FRANKOPAN, 2019), é um sistema em expansão, que depende da ocupação dos espaços relevantes no mundo para a continuidade de seu processo de acumulação. Assim, necessita não apenas controlar novos mercados, mas levar sua estrutura produtiva para esses novos espaços que ocupa e desocupa, conforme suas estratégias de acumulação. Para isso, além dos tradicionais mecanismos, como a ocupação pela força e guerra, precisa de mecanismos subjetivos de controle capazes de abrir as portas e compor alianças com frações de classe da periferia, de modo a entrar com pouca violência, embora a violência seja sua forma histórica de expansão, pelo colonialismo, pelo imperialismo do século XIX, pelas novas formas de imperialismo a partir da internacionalização produtiva do capital no pós-Segunda Guerra, que industrializou a periferia e alimentou ditaduras, e agora pela globalização, que constitui talvez uma nova forma de imperialismo travestido de neoliberalismo sob o mantra de levar liberdade, direitos e democracia para os “povos atrasados”, ou levar-lhes a cultura da “civilização capitalista”, eurocêntrica.



Bandeiras dos países-membros adornam o grande salão da sede do Banco Mundial em Washington (EUA)

O capitalismo, como forma de organização social, possui seu sistema normativo e seu conjunto de valores, que constituem uma forma específica de subjetividade que aparece como “cultura da sociedade” e “define todas as relações sociais e todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Assim, é um sistema que organiza as relações sociais de determinada forma. Tem sua própria cultura, seu sistema de relações sociais que aparecem como valores naturais, mas que se constituem no âmbito das relações sociais concretas, que não são relações entre indivíduos iguais isolados, mas fundadas em relações de poder e controle, em frações de classe que têm seu lugar definido na hierarquia social capitalista pelo que possuem, pelo que controlam. Assim se estabelecem as próprias relações de controle que garantem a apropriação de valor da forma capitalista. A cultura capitalista funda-se como ideologia que organiza as relações sociais em determinada forma e com determinados objetivos, e define assim formas de conduta e valores socialmente aceitos. Busca, assim, justificar o capitalismo como sistema.

A ideologia capitalista e seus defensores tentam relacionar formas de conduta e valores à hipotética “natureza humana”, de modo a justificar o capitalismo como sistema fundado na liberdade individual de manifestar essa hipotética natureza. O homem europeu, individualista, utilitarista e racional seria o ser genérico universal que teria revolucionado as formas de produção atrasadas, rumo à sociedade civilizada. A naturalização desses valores torna-se a naturalização de determinada cultura, eurocêntrica, encobrendo o fato de que cultura e valores são historicamente constituídos nas relações sociais concretas, assim, como relações de poder.

O neoliberalismo é a forma última do processo de constituição, muitas vezes pela força, desses valores culturais, da lógica cultural do capitalismo, embora a ideia de desenvolvimento como evolução do sujeito individualista, utilitarista e racional seja muito antiga, de Bentham (1988), e já contaminava, como em Rostow (1978), a lógica do desenvolvimento como emancipação humana da escassez rumo a sociedade da abundância, para a “sociedade do consumo de massas”.

Como dizia Marx (2000), o cidadão imaginário é declarado “servo do homem egoísta” e é regido por um único verbo, *ter* (MARX, 2004), materializando-se assim o que seria a base da “cultura capitalista” fundada no burguês europeu. Essa ideologia se constitui como aparência de uma sociedade na realidade regida pelo movimento do capital enquanto sistema, que em seu processo sociometabólico subordina a liberdade humana à sua lógica, como uma máquina de moer seres humanos, revelando a verdadeira face do que vem a ser capitalismo.

O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social — das relações de gênero e família até a produção material e a criação de obras de arte — à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002, p. 189).

O desenvolvimento visto assim é resultado de uma “cultura específica” que tem como referência a Europa. Só a “civilização europeia”, com suas raízes no mundo greco-romano antigo, poderia produzir a modernidade — palavra que abarca uma mistura de costumes, normas e práticas que florescem na economia-mundo capitalista, a encarnação dos verdadeiros valores universais (WALLERSTEIN, 2007, p. 66). A Europa é vista como base da cultura avançada, enquanto outros países, principalmente periféricos, são considerados atrasados, selvagens, países que carecem de valores modernos os quais se confundem com os valores do capitalismo imaginário, do individualismo no qual se fundam as modernas instituições que organizam o livre mercado. Ao levar esse “desenvolvimento”, por meio de intervenção, aos países atrasados, o colonialismo, o imperialismo, aparecem como formas avançadas de levar a cultura civilizada, mesmo que pela violência.

Dessa forma, o desenvolvimento tornou-se a construção de “instituições” capitalistas como cópia do centro, rumo à civilização europeia, que concentra os “valores universais” fundados na natureza desenvolvida do ser humano. Como aporte cultural, constitui e formata a ideologia e os mecanismos de controle, a forma de organização social, as regras de conduta que conformam a subjetividade coletiva como cultura, como ideias que unificam a sociedade em determinado sentido, para determinado fim (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Garante assim que o sistema de produção e extração de valor possa ocorrer sem violência, sob o véu da liberdade individual.

O subdesenvolvimento é visto como falta da “cultura capitalista” referida na cultura europeia, no capitalismo desenvolvido europeu. O próprio Cardoso já entendia o atraso cultural de nosso empresariado como a base estrutural do atraso econômico (CARDOSO, 1978). Nossa subordinação às grandes corporações transnacionais se explicaria pela ausência do empresário schumpeteriano (SCHUMPETER, 1961), pela ausência das instituições modernas (fundadas no neoliberalismo), que FHC buscará criar quando presidente, na década de 1990. De base weberiana na sociologia do homem capitalista, a ideia de “cultura capitalista” funda a existência de um indivíduo (empresário) investidor e inovador em sua função empreendedora de base individualista, maximizadora.

Assim, desenvolvimento passa a ser o resultado da construção do “ambiente” favorável ao florescimento da cultura capitalista, que faria parte da própria natureza humana,

Os modelos das ciências sociais — a literatura científica, principalmente na área de ciências econômicas — conectam-se diretamente e de forma subordinada aos centros hegemônicos onde são produzidas as ideias a serem reproduzidas nos países periféricos

mas que é impedida de entrar em movimento pelo atraso institucional. A transformação proposta como reforma das instituições (NORTH, 1993) e o fornecimento de condições de partida para os indivíduos abririam espaço para o florescimento do espírito empreendedor individual, para o “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2000). As políticas sociais focadas e a criação de condições sociais básicas (educação) têm por objetivo criar essa cultura capitalista empreendedora.

Claramente exposto no *World development report* do Banco Mundial, o papel do Estado seria promover o “ambiente de negócios” para dar “confiança” às empresas para investir, garantindo os “direitos de propriedade”, uma “boa regulação”, combater a corrupção (do Estado), “remover as barreiras à competição” e garantir a “previsibilidade das políticas”, ou seja, oferecer elementos para fomentar a competitividade fundada na ação individual das empresas (THE WORLD BANK, 2005). A realização dessas “reformas” promoveria o ambiente para fazer prosperar o investimento e o desenvolvimento com base nesse hipotético capitalismo.

Nas teorias atuais, que focam apenas o crescimento econômico como resultado natural, desenvolvimento não seria mais uma questão de industrialização, mas de criação de “instituições modernas” que garantam liberdade para o empreendimento em sociedades atrasadas. Assim, na periferia, a cultura local é vista como um atraso a ser superado. A cultura civilizada, capitalista, deve ser implantada para o desenvolvimento.

3. SUBORDINAÇÃO CULTURAL COMO FORMA DE CONTROLE

O Brasil desenvolveu sua estrutura produtiva fundando-a na compra de tecnologia por via de investimento estrangeiro direto de empresas transnacionais. Desenvolveu sua atividade universitária trazendo pensadores estrangeiros e compôs seus currículos baseando-os na literatura importada do centro do sistema, europeia. Tornamo-nos especialistas em Europa.

A dependência real nada tem a ver com falta de cultura empreendedora. Não é ela que rege as relações verdadeiramente capitalistas no centro, mas determina a forma subordinada como o país constituiu sua estrutura industrial: “A burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para a integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical.” (MARINI, 2012, p. 62)

Nossos empresários, mesmo quando independentes da cadeia produtiva das transnacionais aqui instaladas (a não ser por efeitos multiplicadores da renda), principalmente os inovadores, costumam buscar em feiras no exterior os produtos novos e, muitas vezes, pela cópia, produzem equivalentes nacionais para o mercado interno. As empresas nacionais conectadas às cadeias de valor internamente construídas pelas transnacionais recebem as partes, peças e componentes que devem copiar para fornecer para as linhas de montagem dessas transnacionais aqui instaladas, e o fazem em seus laboratórios de “tropicalização” — processo por meio do qual as filiais de transnacionais que aqui produzem, em sua maioria, adaptam os produtos desenhados e criados no exterior às características nacionais. Isso é o que materialmente se define como desenvolvimento dependente e subordinado, processo que historicamente se repetiu a cada nova onda de inovação tecnológica, pelo menos até ser abandonado pela onda de liberalização iniciada na década de 1990, que acabou por destruir a estrutura industrial instalada no país. Claro, se a indústria trabalha com cópia, por que não importar diretamente o original, talvez mais simples e, a depender da taxa de câmbio, mais barato?

A mesma lógica serve para a pesquisa e para a formação intelectual. Os engenheiros daqui devem estar aptos a entender o que é desenvolvido no exterior. Os cientistas em geral subordinam-se assim às pesquisas dos países centrais e são formados com tal objetivo. A subordinação científica é materializada na exigência de publicações nas revistas acadêmicas internacionais, o que significa que a pesquisa e o desenvolvimento científico daqui devem ser julgados e validados nos países do centro hegemônico, tidos como detentores do saber científico.

Se essa lógica domina a pesquisa nas ciências “duras” conectadas à tecnologia necessária ao desenvolvimento industrial dependente, também invade as ciências sociais, só que atuando como fábrica de ideologias, ou de colonização cultural, com teorias que justificam a dependência concreta. Os modelos das ciências sociais — a literatura científica, principalmente na área de ciências econômicas — conectam-se diretamente e de forma subordinada aos centros hegemônicos onde são produzidas as ideias a serem reproduzidas nos países periféricos.

Na medida em que os estudos das ciências sociais também precisam obrigatoriamente passar pelo escrutínio das revistas acadêmicas estrangeiras, os temas, os modelos, as formas de abordagem normalmente desviam-se dos reais problemas concretos, mesmo em sua conexão com as questões mundiais que se impõem sobre a periferia. Claro, essa lógica justifica-se com a falsa ideia de que a ciência é universal, os problemas são universais e os modelos também seriam universais.

Desvia-se, portanto, dos problemas particulares, das relações sociais de cada lugar e em cada tempo que constituem o poder e a “cultura” local. Ou submetem-se ideias e pesquisas de caráter local à avaliação de pesquisadores sem conhecimento sobre as características específicas do país, ou a pesquisadores que raramente têm um conhecimento profundo sobre



A chinesa Shenzhen é considerada a cidade mais tecnológica do mundo. Em destaque, sede da prefeitura de Shenzhen, 2014

a realidade concreta local. Poder-se-ia dizer que não julgam os fatos e dados, mas utilizam-se dos modelos e da metodologia desenvolvida e criada no centro para problemas do centro, que acabam por definir a base de dados e as hipóteses iniciais, portanto, distantes da realidade concreta. O manual de macroeconomia que definiria o funcionamento da economia “em geral” seria válido e “verdadeiro” em qualquer lugar do planeta.

Assim, os modelos e a metodologia criada fora, resultado de paradigmas dos países centrais, devem ser aplicados na periferia e, como diz Kuhn (2006), claramente dirigem os resultados para certos padrões e conjuntos de axiomas e hipóteses específicas que pouca e às vezes nenhuma relação têm com a realidade concreta da periferia. Trata-se de subordinação intelectual, que, claro, tem fundamento cultural. Os cientistas da periferia são obrigados a escrever em inglês e a publicar em periódicos dos países centrais (mais bem qualificados no Qualis, conforme definido na própria periferia) para ter a aprovação “científica”, mesmo que os assuntos não interessem aos países centrais ou não digam respeito a problemas deles. Essa é a subordinação cultural ao eurocentrismo.

O cientificismo foi o modo mais sutil de justificativa dos poderosos. Afinal, apresenta o universalismo como ideologicamente neutro, desinteressado da cultura e até da arena política, e extrai sua justificativa principalmente do bem que pode oferecer à humanidade (WALLERSTEIN, 2007, p. 116).

A subordinação intelectual, que se reflete como subordinação científica e tecnológica, está diretamente conectada à subordinação cultural. Cultura pode ser genericamente entendida como o conjunto de crenças, regras, costumes, moral, elementos constituídos no âmbito das relações sociais históricas que constroem o amálgama social definindo comportamentos e atitudes socialmente aceitas. A cultura se manifesta como arte, como ciência. Garante a funcionalidade do sistema, sua coesão e a gestão de contradições mais estruturais e profundas, historicamente constituídas pelas próprias relações sociais. Assim, a análise científica da cultura deveria ser buscada nas próprias relações históricas que a constituem como tal. Claro, como a história das relações sociais é diferente em cada lugar e em cada tempo, não é possível encaixá-las em modelos, como tenta fazer determinada forma de pensar as

Em sociedades em que as grandes empresas são transnacionais estrangeiras, são estas que definem a dinâmica da acumulação e os gostos e padrões de consumo

ciências sociais, que encaixa os comportamentos em padrões, normalmente definidos por modelos de comportamento desenvolvidos nos países centrais.

Na periferia, a subordinação científica é histórica. O exemplo clássico é o abandono da construção teórica específica para pensar o desenvolvimento dependente, fundado nas teorias de Furtado, Marini e até mesmo Cardoso (CARDOSO; FALETO, 1981). O debate foi substituído por teorias do crescimento presentes nos manuais de economia produzidos no centro. Foram assim abandonadas as especificidades históricas, a materialidade concreta das relações de subordinação e de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” em favor de teorias sem qualquer relação com as especificidades da periferia.

Na verdade, o próprio desencaixe e o estranhamento em relação à realidade concreta dos modelos importados por via de manuais passaram a ser vistos como a causa do atraso. Instituições fracas (NORTH, 1993), com desrespeito aos contratos, governos “pouco democráticos” e corruptos, baixa governança tornam-se os elementos que impedem o melhor funcionamento dos mercados hipotéticos dos manuais e o desabrochar de um imaginário de “empreendedorismo” (SEN, 2000) ou da cultura empresarial. Esses são os motivos presentes nos modelos apresentados nos relatórios sobre subdesenvolvimento do Banco Mundial, como se tivessem sido esses os elementos centrais para o desenvolvimento do próprio capitalismo no centro, e não a real e histórica violência colonial, a concentração e centralização de capital, o imperialismo e a forma de transnacionalização do capital que subordina a periferia e a enreda em relações estruturais de dependência científica, tecnológica, cultural.

A história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto do mundo. Essa é a parte essencial da construção da economia-mundo capitalista. Na maioria das regiões do mundo essa expansão envolveu conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa. Os que [a] lideraram, lucraram com ela,

embora o tenham feito sempre sob o argumento de que estavam levando a “civilização”, o desenvolvimento econômico e o progresso ao mundo atrasado (WALLERSTEIN, 2007, p. 29-30), levando “valores universais” para os selvagens atrasados, se poderia dizer, instituições modernas e modelos civilizados com justificativa científica e intelectual:

são quatro argumentos básicos que têm sido usados para justificar todas as intervenções subsequentes dos civilizados do mundo moderno em zonas não civilizadas: a barbárie dos outros, o fim de práticas que violam os valores [culturais] universais, a defesa de inocentes em meio aos cruéis, a disseminação dos valores universais [europeus] (WALLERSTEIN, 2007, p. 35).

Para isso utilizam-se do poder político e militar sem restrições, historicamente, contra a “barbárie” do atraso, em “missão civilizadora”. Dever civilizatório como implantação de uma “cultura civilizada”, claro, capitalista, conjunto de doutrinas e pontos de vista éticos que derivam do universalismo europeu, tido como berço dos valores “civilizados” universais.

Na verdade, como na periferia se sabe, esses argumentos ideológicos e culturais abriram espaço para a cooptação, pela força ou por acordo, das frações de classe hegemônicas na periferia, para a ocupação econômica pela violência, tanto colonial como do imperialismo clássico do século XIX, e em seu novo formato, a partir da transnacionalização do capital e da reestruturação promovida pelo neoliberalismo, ou mundialização do capital.

Assim, o atraso aparece como cultural, científico, tecnológico, e não resultante da subordinação mais estrutural, intelectual — que se reflete como política —, pela submissão a teorias e modelos alheios à realidade concreta das economias periféricas. Pela lógica avaliativa dos cursos superiores, subordinada aos centros hegemônicos, foi abandonada inclusive e principalmente a possibilidade de pensamento independente, de pensamento crítico, fundando toda a “ciência” na aplicação de modelos prontos construídos sobre outras realidades e momentos históricos, ou mesmo totalmente abstraídos de qualquer realidade concreta. Mais que dependência cultural, trata-se de subordinação cultural, ainda mais de forma subserviente e que, concretamente, impede a construção de estratégias próprias de desenvolvimento fundadas na realidade concreta da periferia em meio à realidade mundial. Nem a própria realidade concreta é respeitada nos chamados “estudos científicos”.

Na periferia, as instituições são de fato diferentes em relação às do centro, dado que as relações sociais são diferentes e as relações de poder e as formas de organização das frações de classe locais, bem como suas relações com o exterior, são específicas. Portanto, não se podem pensar as instituições a partir de modelos do centro, ou pior, de modelos construídos no âmbito abstrato acadêmico, que tampouco têm relação concreta com as economias que se pretende copiar, ainda mais diante da falsa ideia de que o desenvolvimento capitalista foi o resultado do movimento de indivíduos empreendedores racionais que puderam atuar livremente diante de governos que teriam respeitado os mercados e construído instituições que permitiram o desabrochar da ordem capitalista. Essas bases que compõem os modelos dos livros de macroeconomia transplantados para a periferia não têm sentido nem no centro do sistema, mas são aqui aplicadas como verdades incontestáveis, importadas sem qualquer crítica, e têm seus estudos publicados nas “melhores” revistas acadêmicas do centro.

A dependência estrutural está diretamente conectada à dependência cultural. Compõe suas bases também a propaganda (queremos carros europeus ou estadunidenses), ostenta-se o importado, mesmo porque o nacional é uma cópia que não atinge os níveis técnicos dos importados. Como os padrões de consumo importados são assim assimilados, constituiu-se uma classe de elite que se vangloria por usar produtos europeus ou estadunidenses. Essa lógica se converte em relação de classe e de poder, dado que só uma classe abastada pode ostentar esse tipo de consumo.

Essa dependência se fortalece nos métodos do que se denomina cultura de massa, que vende mercadorias como estilo de vida que conforma as relações de poder e dependência cultural internas — os próprios empresários nacionais só conseguirão vender seus produtos se copiarem os padrões do centro, materializando a dependência cultural em tecnológica. Como as mercadorias são cópias das do centro, o estilo de vida também o deve ser. Assim, trata-se da transposição de valores do centro para a periferia, que conforma as relações so-

ciais de classe e poder e que permite assim a reprodução da mesma lógica de subordinação, dado que ela está enraizada nas relações sociais.

No Brasil, nossa subordinação ao centro hegemônico não é apenas estrutural pela forma de inserção no capitalismo mundial, ora como país industrializado dependente do capital transnacional, ora como país primário-exportador, como foi antes, e agora volta a ser, fato que talvez até exclua o Brasil do conceito de Marini (SADER, 2000) de nação subimperialista, dado que gradativamente vem deixando de ser um “braço industrial” do centro.

Essas relações caracterizam não apenas a dependência estrutural, mas demonstram que ela se funda em uma dependência cultural, de fundo intelectual acadêmico e científico. O comportamento subordinado é adaptativo, para não dizer passivo, e, como diria Furtado (2008), sem criatividade, por isso sem capacidade de perceber o mundo real que o cerca ou as potencialidades estratégicas que poderia aproveitar. É o mundo reativo, e não ativo, portanto não é transformador. Configura-se um sistema econômico sem motor. Desenvolvimento é a transformação do mundo real concreto nas condições e relações concretas que impõem o atraso. Todos os países que se desenvolveram tardiamente tiveram em comum estratégias desenvolvidas pelo Estado. Mas o que é o Estado senão a composição de forças das frações de classe que disputam a hegemonia (POULANTZAS, 1985)? É no âmbito do Estado, como resultado da composição de classes em cada sociedade, como relação social, que se podem construir estratégias de desenvolvimento. O Estado é o amálgama das relações em disputa, inclusive é o lugar possível de participação dos trabalhadores, mesmo que não hegemônica. Não é a construção de consenso, mas os conflitos e as disputas constantes o que permite, em cada lugar e a partir de cada conjunto de relações, construir estratégias tomando-se por base a análise de relações concretas.

No capitalismo é a grande empresa que organiza a produção, as cadeias de valor, os gostos e hábitos de consumo. Ela subordina as relações à sua lógica de controle e poder sobre mercados e sobre outras empresas conectadas às cadeias de valor que controla. Em sociedades em que as grandes empresas são transnacionais estrangeiras, são estas que definem a dinâmica da acumulação e os gostos e padrões de consumo. Elas têm forte poder de definir a forma de organização social. “A grande empresa é um conjunto organizado hierarquicamente de relações sociais que é posto a serviço de uma vontade programada para condicionar o comportamento de segmentos da sociedade” (FURTADO, 2008, p. 44). Um país que tem na grande empresa transnacional seu eixo dinâmico está sujeito ao controle não apenas econômico, mas das próprias relações sociais, que se tornam subalternas a essa estrutura econômica e de poder e que se materializam como subordinação tecnológica e cultural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Países só tiveram sucesso com desenvolvimento, mesmo capitalista, ou só conseguiram se integrar no processo de produção industrial avançado por meio de estratégias próprias. Claro, grande parte deles utilizou a “engenharia reversa”, pela cópia, mas os bem-sucedidos sempre tiveram como estratégia superar a tecnologia vigente com criatividade e independência científica. Mesmo no âmbito da estratégia, nesses países não foram constituídas instituições sociais ou mesmo de Estado baseadas na lógica (mesmo que falsa) do neoinstitucionalismo ou do empreendedurismo individualista.

Como mostram Chang (2002), Amsden (2004), Mazzucato (2014) ou mesmo Fur-

tado em suas análises dos sucessos japoneses, alemão e russo, todos se deveram à construção de estratégias próprias, a partir de quadros institucionais próprios (FURTADO, 2008) sem seguir modelos prontos, porque isso não teria sentido diante das características peculiares de cada país. Partiram da análise concreta de suas relações sociais e políticas internas, das relações de força entre as frações de classe locais, estudadas e analisadas por seus acadêmicos, bem como do estudo do movimento do capital mundial em seu processo de expansão. Assim conseguiram criar estratégias próprias de desenvolvimento segundo as próprias estruturas institucionais e a sua classe de capitalistas.

Assim também foi com a economia chinesa em seu processo de industrialização e desenvolvimento. A China não se enquadra em nenhum dos modelos, nem em relação à sua estrutura institucional, muito menos na estratégia decorrente de suas características peculiares, bem como diante da fase do processo de acumulação de capital em que promoveu seu desenvolvimento, aproveitando-se do neoliberalismo nos países centrais e da própria globalização para atrair o capital transnacional sob seu total controle.

Sem a construção de estratégias próprias, a partir da própria estrutura produtiva, institucional e cultural que conforma a sociedade, não é possível o desenvolvimento. Como desenvolvimento dependente, tem-se apenas o desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1966). A dependência cultural é a forma mais profunda de dependência porque está enraizada na subjetividade que define o comportamento social. Mais grave ainda é essa dependência presente na academia, na construção das próprias ideias, sem qualquer autonomia.

* Doutor em Ciência Política, professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Política do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Diretor da International Initiative for Promoting Political Economy (IIPPE) e coordenador do World Economy Working Group, na mesma instituição. Ex-presidente da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia (Ange) e ex-vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Autor de *Subordinated development: transnational capital in the process of accumulation of Latin America and Brazil* (Brill, 2018).

► Texto recebido em 27 de setembro de 2022; aprovado em 29 de setembro de 2022.

Sem a construção de estratégias próprias, a partir da própria estrutura produtiva, institucional e cultural que conforma a sociedade, não é possível o desenvolvimento

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AMSDEN, Alice H. **A ascensão do resto**: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BENTHAM, Jeremy. **The principles of morals and legislation**. Amherst; New York: Prometheus Books, 1988.

CARDOSO, Fernando H. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____; FALETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANK, André G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, set. 1966.

FRANKOPAN, Peter. **O coração do mundo**: uma história universal a partir da Rota da Seda, o encontro do Oriente com o Ocidente. São Paulo: Planeta, 2019.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MARINI, Ruy M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio; Penguin, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NORTH, Douglas. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: FCE, 1993.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma pesquisa sobre lucros, capital, crédito, juros e ciclo econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THE WORLD BANK. **World development report 2005**: a better investment climate for everyone. Washington, D.C.: The World Bank, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.